



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Ata da 14ª reunião, realizada em 19 de fevereiro de 2018

1 Em 19 de fevereiro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Henri Dubois Collet e o suplente Guilherme Augusto Duarte de Faria,
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Carlos Antunes
7 Malta, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência,
8 Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Leonora Batista Campos, da
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Marcos Henrique Castro, da
10 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Ricardo Luiz Barbosa Guimarães, da
11 Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Juliana
12 Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de Conservação da
13 Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo: Thiago Rodrigues
14 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
15 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do
16 Estado de Minas Gerais (Faemg); Rogério Pinto Vasconcellos, do Sindicato da
17 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Representantes da
18 sociedade civil: José Hermano de Oliveira Franco, da Associação para a Gestão
19 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo Ribeiro Pereira, da
20 Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba; Geraldo José dos
21 Santos, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos**
22 **em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o
23 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Henri Dubois Collet
24 declarou aberta a 14ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de
25 Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
26 **GERAIS.** Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Como é a primeira reunião,
27 Henri, com a sua efetiva nomeação como diretor geral, eu queria dar os
28 parabéns, tanto para você quanto para o Guilherme, que chegou agora ao
29 Instituto Estadual de Florestas. Dar os parabéns pela equipe montada, muito
30 boa, que eu acho que vai dar um resultado muito interessante para o Instituto
31 Estadual de Florestas. E aproveitar também e propor uma moção de
32 agradecimento e parabenizando o João Paulo Sarmiento pelo trabalho realizado
33 no IEF nesse período em que ele foi o diretor geral. Então, só propor essa
34 moção, dar os parabéns e desejar toda a sorte e sucesso ao Instituto Estadual
35 de Florestas, para toda a equipe nova e toda a equipe que ainda continua no
36 IEF.” Presidente Henri Dubois Collet: “Obrigado, Thiago. Quanto à moção, que

37 façamos esse encaminhamento. Realmente, o reconhecimento ao Dr. João
38 Paulo pelo trabalho que foi feito nesse um ano e meio, praticamente, conosco.
39 Então, eu acho muito importante, muito merecido. Obrigado pela lembrança,
40 obrigado pelas considerações também. Pode contar conosco à frente do IEF,
41 com a equipe que foi montada para avançarmos. É o que eu falo sempre: o Dr.
42 João Paulo acordou o gigante, e nós temos que colocá-lo para andar agora.
43 Então, a equipe foi montada para fazer o gigante caminhar agora e a passos
44 largos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Henri, da mesma forma
45 que o Thiago, da Fiemg, eu quero desejá-lo boa sorte, agora que nomeado
46 definitivamente na direção do IEF, dar boas-vindas para o Guilherme e
47 concordar com o Thiago na moção ao João Paulo Sarmiento.” Conselheiro
48 Geraldo José dos Santos: “Da mesma forma que os colegas, eu cumprimento
49 aos novos dirigentes, Henri e Guilherme, desejar muitas felicidades e também
50 deixar registrado nosso agradecimento ao João Paulo pelo brilhante trabalho
51 que desenvolveu durante esse período. Eu gostaria de levantar uma questão
52 que, no ano passado, nos foi trazida e que agora eu acho que precisa ser
53 novamente lembrada. Eu me refiro a uma exposição que nós tivemos sobre uma
54 espécie criticamente ameaçada de extinção, o faveiro-de-wilson, que nos foi
55 apresentado no ano passado, e foi assumido um compromisso de que nós
56 iríamos fazer todo esforço para que essa espécie não nos abandonasse, porque
57 abandonaria o mundo. Nós estamos com os últimos espécimes localizados em
58 uma área próxima a Belo Horizonte, mas que somente ocorre nessa região. E
59 nós tivemos um compromisso do IEF de fazer a produção de mudas e,
60 novamente, insistir no plantio, na reposição, no replantio, enfim, dar-nos a
61 esperança de que essa espécie não será extinta. E exatamente sobre essa
62 questão que eu gostaria de voltar ao assunto, solicitar ao IEF, especialmente,
63 uma dedicação especial na produção dessas mudas, uma distribuição
64 consciente das mesmas e a busca para a preservação dessa espécie. Nós
65 estamos, então, solicitando ao IEF, especialmente, mas já sabendo que
66 estamos já em fevereiro, e seria bom que, na próxima reunião, nós já
67 tivéssemos um feedback a respeito dessa matéria, se foram produzidas mudas,
68 onde foram produzidas, quantas mudas, quantas foram distribuídas, enfim, qual
69 foi o avanço que tivemos relativamente a essa questão. Será importante, então,
70 eu solicito ao senhor presidente e, sobretudo, ao nosso diretor, que nos possa
71 trazer, na próxima reunião, uma notícia a esse respeito.” Presidente Henri
72 Dubois Collet: “Nós vamos fazer anotação para que, na próxima reunião,
73 tenhamos a presença do Márcio, que estava trabalhando firme nessa
74 recuperação e na coleta de sementes e também um trabalho com vários outros
75 parceiros. Então, eu acho que é importante trazer, na próxima reunião, para que
76 ele faça o máximo de esclarecimentos possíveis, para mostrar e já definir
77 próximos passos também.” **Moção aprovada pela CPB**. A Câmara de Proteção
78 à Biodiversidade e de Áreas Protegidas aprovou por unanimidade, nesta
79 sessão, moção nos seguintes termos: “Os conselheiros da Câmara de Proteção

80 à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), do Conselho Estadual de
81 Política Ambiental (COPAM), em sua 14ª reunião ordinária, realizada em 19 de
82 fevereiro 2018, às 9h, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, com fulcro
83 no artigo 19º do Decreto 46.953, de 19 de fevereiro de 2016, e no artigo 5º,
84 inciso IV, da Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22 de agosto de 2012,
85 aprovaram moção com o seguinte teor: ‘Parabenizamos e agradecemos ao Sr.
86 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento pelos relevantes serviços prestados, com
87 reconhecida competência, ética e profissionalismo, à frente da Diretoria Geral
88 do Instituto Estadual de Florestas (IEF) durante sua permanência. Belo
89 Horizonte, 19 de fevereiro de 2018.’ **4) EXAME DA ATA DA 13ª REUNIÃO.**
90 Aprovada por unanimidade a ata da 13ª reunião da Câmara de Proteção à
91 Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 15 de janeiro de 2018. **5)**
92 **APRESENTAÇÃO DO STATUS DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)**
93 **DE MINAS GERAIS. Apresentação: Diretoria de Controle, Monitoramento e**
94 **Geotecnologia / Gerência de Cadastro Ambiental Rural/IEF. Mariana**
95 **Megale/IEF** fez apresentação da situação atual de implementação do Cadastro
96 Ambiental Rural em Minas Gerais destacando as ações desenvolvidas no
97 âmbito do Estado e as principais demandas. **Debates.** **Conselheiro Carlos**
98 **Alberto Santos Oliveira:** “Nós vamos aguardar com otimismo o desenrolar dos
99 acontecimentos. Naquele dia, Henri, o que eu falei foi que seria uma pena, uma
100 perda de energia, de trabalho, de dinheiro, de recurso que nós fizemos para a
101 inscrição, e depois isso parar. Então, o que nós estamos vendo é que não
102 parou. Por isso que eu estou aguardando com otimismo. Eu queria um
103 esclarecimento mais positivo a respeito do cancelamento. Então, dentro das
104 funcionalidades, não tem a do cancelamento. Porque nós estamos vendo agora
105 que tem muito CAR errado, tem muita gente querendo cancelar e não está
106 conseguindo. Como ela falou que não tem essa funcionalidade, eu queria saber
107 como é que nós vamos fazer com esse problema. E o segundo é essa inscrição,
108 porque, na divulgação do CAR, ficou muito perdido esse negócio de que tinha
109 que fazer o CAR e que inscrever. Como é que vamos resolver essa parada? Eu
110 queria que a Mariana falasse para nós.” **Mariana Megale/IEF:** “Essa questão do
111 cancelamento está sendo discutida até com o governo federal, porque hoje em
112 Minas Gerais não temos nenhum instrumento jurídico. Como eu mencionei,
113 também não tem a funcionalidade, então, nós estamos discutindo, porque não é
114 simplesmente cancelar o cadastro, o órgão ambiental vai lá e cancela o
115 cadastro. Implica outras coisas, então, nós temos que, juridicamente,
116 regulamentar isso para não conflitar na ponta. Nós já estamos fazendo esse
117 procedimento e vamos conversar com o Serviço Florestal. Mas, junto com o
118 procedimento, a funcionalidade vai vir com a migração. Então, nós vamos ter
119 procedimento e funcionalidade instituídos, e, aí, conseguimos fazer esse
120 cancelamento. Sobre o modo de comunicação, como eu mencionei aquele
121 quantitativo, realmente, não foi muito bem trabalhada essa questão do cadastro
122 na central de comunicação do proprietário. Nós vamos ter que fazer esse

123 esforço, agora, de divulgar, porque realmente é o canal de comunicação, não
124 tem outro meio. Isso já é do governo federal, esse canal de comunicação entre
125 órgão ambiental e proprietário é a central de comunicação. Já estava previsto
126 no governo federal, foi replicado para Minas, e todos os outros Estados têm isso
127 também. Só que, agora, nós vamos ter que fazer um esforço maior para fazer
128 essa divulgação e fazer com que o proprietário se inscreva na central.
129 Infelizmente, é questão de divulgação, não tem outra ação que vamos fazer,
130 porque realmente tem que se fazer essa divulgação para cadastramento na
131 central de comunicação.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Talvez
132 valesse a pena, de alguma forma, montarmos uma forma.” Mariana Megale/IEF:
133 “Uma orientação para repassar, principalmente, para os parceiros que nos
134 auxiliaram, para a inscrição, que eu acho que também é uma dúvida que vocês
135 têm. Repassar essas informações, o passo a passo do cadastramento. Nós
136 podemos alinhar isso para vocês repassarem, para sindicatos, para nossas
137 unidades descentralizadas. Para vocês repassarem essas informações, que eu
138 tenho certeza que vocês devem receber muita demanda também de central do
139 proprietário. Porque, para nós, chega muita coisa sobre isso. Então, nós
140 podemos fazer esse meio de comunicação, essa divulgação integrada. Como
141 vocês nos auxiliaram durante a inscrição, nós temos que fazer essa força-tarefa
142 conjunta também para fazer esse cadastramento na central de comunicação.”
143 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Tem que chamar o IEF, a Emater,
144 que também trabalhou muito, resgatar a Fetaemg, a Faemg. Henri, vá em
145 frente, parabéns.” Presidente Henri Dubois Collet: “Obrigado. Eu acho que a
146 nossa função aqui é essa mesma, sempre que tiver dúvida, trazer para os
147 esclarecimentos. Então, eu acho que é importante nesse nosso diálogo aqui. Eu
148 quero pedir, então, à Mariana e ao Edmar, esse alinhamento com as outras
149 instituições e ver essa forma de divulgação, além do que já tem no Facebook.
150 Deixar bem claro, logo na abertura da página, essa informação, e alinharmos
151 com as instituições para que possamos fazer essa comunicação bem ampla.” **6)**
152 **PLANO OPERATIVO ANUAL (POA) 2018 PARA EXAME E DELIBERAÇÃO.**
153 **Apresentação: GCA/IEF.** Aprovado por unanimidade o Plano Operativo Anual
154 2018, nos termos apresentados pelo Instituto Estadual de Florestas. **7)**
155 **PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DA COMPENSAÇÃO**
156 **AMBIENTAL REFERENTE AO ANO DE 2017. Apresentação: GCA/IEF.**
157 Nathalia Luiza Fonseca Martins e Guilherme Augusto Duarte de Faria/IEF
158 fizeram apresentação da prestação de contas dos recursos da compensação
159 ambiental referente ao ano de 2017, e em seguida foram esclarecidos pontos
160 destacados pelos conselheiros. **Debates.** Conselheiro Carlos Alberto Santos
161 Oliveira: “Como ficou aquela ideia de dedicar algum recurso para que
162 organizações de fora do IEF entrassem para fazer esses processos de
163 regularização, que são difíceis, complicados? Nós avançamos naquilo
164 significativamente? Poderiam esclarecer a respeito?” Presidente Henri Dubois
165 Collet: “Eu estou tentando buscar na memória como foram as tratativas, na

166 época, mas a ideia é que utilizemos desse recurso para atualizar, porque nós
167 temos carência de mão de obra. Então, a ideia é que, para essas unidades que
168 estão nesse Regional. Porque temos duas regiões, duas bacias, então, esse
169 recurso, especificamente, só pode ser utilizado para as unidades de proteção
170 integral nas bacias do São Francisco e do Doce. Então, esse recurso,
171 propriamente, não é possível fazermos essa aplicação aqui na sede, a não ser
172 que contratássemos, especificamente, para aplicação em unidade de proteção
173 integral nas bacias. O que nós estamos buscando, e agora com a formação da
174 equipe, uma equipe nova, se instalando ainda, porque a própria organização lá
175 na sede, na Cidade Administrativa, também está demandando realocação de
176 equipes. E a ideia é que possamos, com novos e outros recursos, outras
177 compensações, poder fazer essa contratação dessa mão de obra, dar um
178 avanço mais rápido do que já estamos conseguindo fazer, porque realmente a
179 mão de obra está muito difícil para nós. Estamos buscando algumas pessoas,
180 mas o problema é que, às vezes, trazemos um servidor do interior ou de alguma
181 outra área do IEF, e isso acaba desfalcando. Então, pode ficar tranquilo que nós
182 vamos trabalhar firmemente na busca dessa mão de obra.” Nathalia Luiza
183 Fonseca Martins: “Só para esclarecer que estamos trabalhando para que o novo
184 Decreto do Snuc, que o atual, 45.175, seja alterado de maneira a permitir que
185 todos os recursos da compensação ambiental não vão mais para o caixa único
186 e, sim, aplicação direta dentro das unidades de conservação, assim como
187 estamos fazendo hoje com a compensação minerária. Isso nos garante que o
188 recurso vai ser, efetivamente, aplicado para aquela finalidade dentro das
189 unidades de conservação. Então, nós vamos trabalhar junto com todos da
190 equipe para que esse decreto possa sair ainda no meio deste ano. Nós vamos
191 trabalhar fortemente com essa finalidade, e vai ser um avanço muito grande,
192 porque os recursos não vão ser mais internalizados, e a ideia é que seja feita a
193 aplicação direta de todos eles dentro das unidades de conservação.”
194 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Só para complementar o que o
195 Carlos Alberto falou, eu acho que a ideia que ele está colocando é aquela
196 discussão que nós tivemos até em um Grupo de Trabalho que, posteriormente,
197 não continuou, de utilizar os recursos da compensação ambiental que estão
198 destinados para regularização fundiária não só, efetivamente, com a compra da
199 área, mas com a contratação de equipe para fazer identificação das áreas e o
200 georreferenciamento dessas áreas. Porque sempre quando perguntamos da
201 regularização fundiária, nós sabemos que o problema do estádio é falta de
202 pessoal para fazer o georreferenciamento e a identificação dessas áreas. Então,
203 a regularização fundiária não abarca somente a aquisição da área, mas toda a
204 identificação dessa área. Então, seria aquele Grupo de Trabalho que nós
205 montamos para achar uma saída para utilização desses recursos para
206 contratação do georreferenciamento e a identificação das áreas no interior da
207 unidade de conservação para, então, facilitar a utilização dos recursos para a
208 efetiva regularização fundiária e aquisição das áreas.” Presidente Henri Dubois

209 Collet: “Realmente, esse Grupo de Trabalho, eu acho que não avançou, teve
210 uma ou duas reuniões, e acho que ficou parado.” Conselheiro Thiago Rodrigues
211 Cavalcanti: “Quando mudou a gestão, foi uma nova CPB, e o grupo não pôde
212 continuar. Então, nós acabamos aprovando um novo grupo, mas esse novo
213 grupo acabou não se reunindo nenhuma vez. Eu não sei por qual motivo, mas
214 deve ter sido no início do ano passado que foi aprovada a criação do novo
215 grupo.” Presidente Henri Dubois Collet: “Então, eu vou pedir para a Vânia fazer
216 essa verificação, esse grupo que foi formado, o que precisamos fazer, para já
217 podermos marcar uma reunião com esse grupo para darmos o andamento. Eu
218 acho que é fundamental. Agora, eu preciso esclarecer também que estamos
219 reforçando a equipe do gerente Mateus. O novo diretor deve estar fazendo
220 exames médicos esses dias, porque estamos com um atraso, não estamos
221 conseguindo fazer os exames médicos dos novos nomeados, e isso está
222 atrasando o processo. Mas, independente disso, já começamos a reforçar a
223 equipe do gerente Mateus na Regularização Fundiária e já podemos,
224 imediatamente, fazer essa reunião. A Vânia já marca essa próxima data e faz
225 contato com todos os conselheiros. Ver que grupo foi formado, quais as
226 instituições, e agendamos uma reunião imediatamente.” Conselheiro Geraldo
227 José dos Santos: “É apenas para jogar esses números e saber se estou
228 raciocinando certo. Foram recolhidos R\$ 32 milhões. Correto? Foram
229 empenhados R\$ 3 milhões. E foram pagos R\$ 234 mil. Então, está saindo de
230 R\$ 32 milhões recolhidos para R\$ 3 milhões empenhados e R\$ 234 mil pagos.
231 Na minha cabeça, isso está muito pouco. Alguma coisa, efetivamente, tem que
232 ser feita. Se tem R\$ 32 milhões recolhidos e 10% empenhados, e não chega a
233 10% pagos, é muito pouco, extremamente pouco. Nós estamos com dinheiro
234 dando sopa no mercado, sem uso, e isso não existe.” Presidente Henri Dubois
235 Collet: “Eu vou passar para o Guilherme fazer o esclarecimento da nossa
236 proposta de trabalho e dos trabalhos que vêm agora para este ano.” Guilherme
237 Augusto Duarte de Faria/IEF: “O raciocínio, conselheiro Geraldo, é exatamente
238 esse. Nós partimos de uma arrecadação da qual pouco mais de 10% foram
239 empenhados e menos de 1% efetivamente pagos. Esses 10% e menos de 1%
240 me preocupam menos, porque é procedimento interno do Estado que serão
241 pagos. Mas 10% não é uma execução agradável nem adequada. Nós somos
242 muito cobrados sobre isso, o Tribunal de Contas tem um acompanhamento
243 muito próximo da execução dessas fontes diretamente arrecadadas pelo órgão
244 com aplicação específica. E a Seplag, a Secretaria de Planejamento, também é
245 muito cobrada sobre isso. Na semana passada, eu estive conversando com o
246 superintendente responsável pelo orçamento do Estado na Seplag, e foi uma
247 cobrança: nós precisamos executar a compensação ambiental de maneira
248 adequada. Ou seja, existe uma intenção da secretaria em não contingenciar, em
249 não segurar esse recurso da compensação na medida em que o órgão possa
250 fazer a execução. A nossa proposta, então, é, de fato, entender, a partir do POA
251 aprovado e dos percentuais destinados para cada atividade, para cada

252 finalidade aqui na CCB, qual é a real capacidade de execução do órgão
253 ambiental dentro dessas pequenas rubricas? Hoje, qual que é a real capacidade
254 de execução, dentro do IEF, para regularização fundiária? E trazer, de fato, os
255 processos, 'a fazenda a, b, c, d estão com processo de regularização nesse,
256 nesse e nesse status', alguns judicializados, alguns amigáveis. Enfim, não são
257 processos simples. Quais são os planos de manejo que estão em elaboração no
258 IEF que vão ser passíveis de serem pagos com recurso da compensação? Para
259 que a CPB tenha, de fato, esse horizonte. A divisão está adequada, não está
260 adequada? Isso nós podemos fazer uma repactuação daqui a um tempo para
261 que o recurso seja, efetivamente, gasto? Eu acho que isso é um trabalho que
262 nós vamos ter que fazer, de dar essa transparência para os conselheiros,
263 porque eu acho que isso vai permitir que o recurso seja melhor utilizado, nós
264 entendermos qual que é a realidade do órgão. Nós temos visto, internamente,
265 no IEF, que existe um esforço muito grande. Já que a CPB definiu, dentro do
266 POA, que grande parte seja para regularização fundiária, nós vemos que o
267 Mateus tem um trabalho hercúleo e árduo para execução desse trabalho. Mas,
268 e aí, aquele pessoal atende, não atende, haverá sobra de recursos para
269 regularização? E com isso quem perde é o IEF, porque esses recursos acabam,
270 de certa maneira, sendo engolidos pelo caixa único na mudança de exercício.
271 Ou não? Para que, de fato, possamos ser um pouco mais inteligentes na
272 aplicação desses recursos. Essa é uma proposta que nós trazemos para que a
273 CPB entenda e participe conosco nessa execução. Até então, nós temos
274 sinalizações do órgão de planejamento do Estado de que não haverá nenhum
275 dificultador para execução desses recursos. Então, é um trabalho nosso, junto
276 com a CPB, de fato, permitir que sejam executados." Conselheiro Geraldo José
277 dos Santos: "É apenas o seguinte. Nós sabemos que meio ambiente jamais foi
278 a menina dos olhos de nenhum governo. Com todo respeito que tenho por nós,
279 nós não vamos garantir que esses recursos continuarão sendo dedicados ou
280 destinados ao que nós estamos propondo se não fizermos uso deles. Eu tenho
281 sérias dúvidas, e as discussões que o Henri terá de fazer para sustentar isso
282 aqui, ou seja, sustentar os recursos com essa destinação, somente se
283 comprovarão com algum resultado. E para isso nós temos que utilizar o recurso.
284 Essa é uma dificuldade antiga, não é nova, e nós estamos sempre em cima da
285 corda bamba. A qualquer momento esse recurso poderá nos fugir da mão. Esse
286 é o nosso risco, essa é a nossa demanda, essa é a nossa necessidade de
287 implementação. E quando esse Grupo de Trabalho sugere que se usem esses
288 recursos para terceiros e dinamizar a utilização desses recursos, é preciso e é
289 necessário que, realmente, a gente acerte isso. É decreto? Vamos correr em
290 cima, vamos apoiar, fazer tudo o que pudermos para apoiar, para que
291 possamos ter uma solução legal para a questão, enfim, andarmos com isso."
292 Guilherme Augusto Duarte de Faria/IEF: "Mais uma vez, perfeitamente a
293 complementação, conselheiro, no sentido de que essa proposta de atualização
294 do decreto que regulamenta o Snuc, que vai permitir, então, conforme as

295 intenções do IEF, a aplicação direta da compensação ambiental pelo
296 empreendedor – claro que não é obrigatório, ele vai poder fazer a opção –, isso,
297 de fato, poderá dinamizar a aplicação desses recursos na medida em que ele
298 não entra no ciclo comum de recolhimento, de entrar no caixa único, de
299 empenho, pagamento. Enfim, é como nós estamos observando, recentemente,
300 com a compensação minerária. E quando olhamos dentro do IEF o andamento
301 dos processos, desses planos de trabalho da compensação minerária, nós
302 vemos que é uma solução bem mais adequada para que façamos o alcance
303 desses objetivos. É mais uma das ações que eu acho que, com certeza, com
304 apoio desse Grupo de Trabalho e da CPB, poderão trazer, de fato, a aplicação
305 efetiva desses recursos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Nesse
306 decreto que está sendo elaborado consta, especificamente, essa ideia que
307 estamos retomando aqui agora? Que parte do recurso vai poder ser utilizado
308 para contratar serviços de terceiros? Isso consta lá?” Guilherme Augusto Duarte
309 de Faria/IEF: “Exatamente, a ideia do decreto é permitir que a aplicação seja
310 feita de modo direto. E aí os percentuais das rubricas nos moldes aprovados por
311 aqui, da maneira como o recurso hoje é tratado. Se vai permitir desde
312 regularização fundiária, contratação de serviço, que seja necessário para o
313 alcance desses objetivos. A ideia não é, necessariamente, amarrar com o que
314 vai ser gasto, mas, sim, permitir que seja aprovado e aplicado diretamente. Com
315 certeza, nós podemos aprofundar essa discussão com a gerência da Nathalia,
316 que está à frente, mas a ideia é flexibilizar, digamos assim, a aplicação do
317 recurso.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu queria só concordar
318 com as palavras do conselheiro Geraldo, do Crea, exatamente na forma, a
319 preocupação. Porque, na hora que eu peguei para falar, a primeira, eu ia
320 comentar, mas fiquei preocupado com essa contratação. Então, é concordar
321 com o Geraldo e apoiar. E não precisa reunir o grupo outra vez, precisa levar à
322 frente a ideia. Eu acho que é isso.” Presidente Henri Dubois Collet: “Obrigado,
323 conselheiros. Carlos, fica tranquilo que estamos preocupados com essa
324 situação e pode ter certeza de que, nos próximos meses, nós vamos poder
325 trazer um resultado positivo.” **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
326 **EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2017. 8.1)**
327 **Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Lavra a céu aberto sem**
328 **tratamento ou com tratamento a seco, minerais metálicos, exceto minério**
329 **de ferro. Caldas/MG. PA 20842/2005/003/2009, DNPM 1644/1935. Classe 3.**
330 **Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade,**
331 **nos termos do Parecer Único. 8.2) Prefeitura Municipal de Uberaba.**
332 **Retificação de curso d’água, canais para drenagem. Uberaba/MG. PA**
333 **12043/2009/002/2010. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
334 **ambiental aprovada por unanimidade, nos termos do Parecer Único. 8.3)**
335 **Votorantim Metais Zinco S/A. Metalurgia dos metais não ferrosos em**
336 **formas primárias, inclusive metais preciosos. Juiz de Fora/MG. PA**

337 **00074/1980/086/2016. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
338 ambiental aprovada por maioria, nos termos do Parecer Único, com indicação
339 da destinação dos 20% referentes a 'plano de manejo, bens e serviços' para o
340 Parque Natural Municipal da Lajinha, atendendo solicitação da Prefeitura de
341 Juiz de Fora, em acordo prévio com o Instituto Estadual de Florestas e o
342 empreendedor. Conforme aprovado pela CPB, fica estabelecida a seguinte
343 distribuição do recurso: - Regularização fundiária das UCs (80%): R\$
344 151.750,30; - Plano de manejo, bens e serviços (20%): R\$ 37.937,58, a serem
345 destinados integralmente ao Parque Natural Municipal da Lajinha; - Valor total
346 da compensação (100%): R\$ 189.687,88. Foram registrados pela Presidência
347 oito votos favoráveis à destinação do recurso ao Parque da Lajinha e três votos
348 favoráveis à aprovação do Parecer Único sem alteração, considerando que esse
349 pleito foi apresentado durante esta sessão da Câmara e não constou do
350 parecer. A gerente de Compensação Ambiental do IEF, Nathalia Luiza Fonseca
351 Martins, esclareceu que a destinação de recurso pela CPB a unidade de
352 conservação fora do raio de 3 km do empreendimento é prevista no Plano
353 Operativo Anual (POA). "Eu quero deixar claro o seguinte: a GCA faz análise de
354 acordo com o POA. O que é o POA? Oitenta por cento para regularização
355 fundiária, 20% para plano de manejo, caso não haja unidade de conservação.
356 Na análise técnica foi verificado que a unidade está a 14 km do
357 empreendimento, ou seja, está superior ao raio de 3 km, então, não há 20% a
358 ser destinado para ela, de acordo com o POA. Só que tem um parágrafo no
359 POA que permite que, chancelado pela CPB que as unidades em um raio
360 superior a 3 km, caso a CPB entenda que essa unidade possa receber o
361 recurso, isso está dentro do POA, é previsto dentro do POA. Então, isso é
362 chancelado pela CPB, é a CPB que tem que determinar se vocês autorizam que
363 o recurso vá para essa unidade, mesmo ela estando em um raio superior a 3
364 km." **8.4) Holcim (Brasil) S/A. Mina Fazenda Invernada. Lavra a céu aberto
365 sem tratamento ou com tratamento a seco, minerais não metálicos, exceto
366 em áreas cársticas ou rochas ornamentais de revestimento. Prados/MG.
367 PA 11965/2017/002/2017, DNPM 800.568/1975 (antigo PA
368 00163/1995/038/2012 e 04406/2005/002/2010). Classe 3. Apresentação:
369 GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade, nos termos do
370 Parecer Único. **9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE
371 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU
372 SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA
373 ATLÂNTICA. 9.1) Mantiqueira Energia Ltda. (CGH Serra Negra). Barragem
374 de geração de energia. Santa Bárbara do Monte Verde/MG. PA
375 19226/2015/001/2015. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional
376 Mata/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade, nos termos do
377 Parecer Único. Conselheiro José Hermano de Oliveira Franco: "Na verdade, eu
378 sou pela aprovação deles todos. Só fazer uma consideração aqui, eu acho que

379 seria um momento interessante. Eu estou socializando essa dúvida que é com
380 relação ao processo como um todo, só para irmos pensando. Eu estava
381 pegando os processos todos e lendo. Por exemplo, muitas vezes, agora, eu vejo
382 mais aparecer a palavra 'monitoramento', que é o mais importante. Eu acho que
383 o processo de licenciamento, a função dele como um todo é qualidade
384 ambiental na linha do tempo, e até hoje nós cometemos esse erro, na minha
385 visão, que todos os poucos recursos que tem são concentrados no 'antes' e
386 nenhum no 'durante' e no 'depois'. É por isso que estou fazendo essa
387 consideração aqui, porque acho que a Samarco foi um verdadeiro tapa na
388 nossa cara. Porque mostrou 'olha, está falhando aí', os processos chegaram
389 redondinhos, e a Secretaria trabalhando direitinho, todo mundo querendo
390 cumprir as coisas, e o resultado é ruim. Por quê? E a Samarco não está
391 cumprindo condicionantes desde 2007? Provavelmente, foi multada, talvez
392 tenha pago alguma multa, e precisou matar algumas pessoas, destruir um rio
393 inteiro, para falarmos 'agora você é obrigada a cumprir as condicionantes'.
394 Então, eu acho que isso tem que se começar a rever e pensar. Eu tenho visto
395 muito a palavra 'monitoramento' começando a aparecer no Sisema, no
396 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, eu acho que isso tem que ser mais
397 levado à diante. O processo de licenciamento começou a se tornar conflituoso,
398 lento, complicado. Deveria ser mais rápido. Eu concordo com o setor produtivo,
399 poderia ser extremamente mais rápido, desde que mudássemos o foco, a
400 lógica, em vez de 'para antes', 'para depois'. Eu acho que isso talvez permitisse
401 muito mais qualidade ambiental na linha do tempo, porque o resultado lá fora,
402 repito, está ruim. Á água, para dizer o mínimo, em qualidade e quantidade, está
403 ruim. Se está todo mundo trabalhando direitinho, e o resultado está ruim,
404 alguma coisa está errada aí dentro. A meu ver, a falta de monitoramento faz
405 muita diferença nessa hora. Repito, desde 2007, sem condicionante cumprida.
406 Precisou destruir um rio inteiro e matar um bocado de gente para falarmos
407 'agora você é obrigada a cumprir condicionante'. Eu estou socializando minhas
408 dúvidas, meus pensamentos aqui para começarmos a pensar de uma forma
409 diferente. A indústria gasta muito, investe muito, às vezes, e não fazemos bom
410 uso disso, no final das contas, porque não monitoramos. Só antes. E ficamos
411 aqui, às vezes, até digladiando, dependendo da Câmara Técnica, até brigando,
412 mas depois deixou para lá. Não é 'deixou para lá', eu estou extrapolando aqui
413 para vocês entenderem o que eu quero dizer. É só socializar isso aqui, eu não
414 tenho nada contra o processo em si como ele está. Como eu disse, está
415 redondinho. Mas eu vou socializar essa dúvida em todas as instâncias em que
416 eu for, até ver se começamos a pensar alguma coisa diferente. Eu tenho a
417 solução? Não, só vejo essa história do monitoramento, que falha muito, a lógica
418 do nosso licenciamento está toda no 'antes'. O foco, na minha visão, tinha que
419 estar mais para o 'depois', se nós queremos qualidade na linha do tempo." **9.2)**
420 **Vale S/A. Mina de Abóboras. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido**
421 **minério de ferro, obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e**

422 oficinas), pilhas de rejeito/estéril. Nova Lima/MG. PA 00237/1994/095/2011,
423 DNPM 931.198/1985. Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Centro-
424 Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade, nos termos do
425 Parecer Único. 9.3) Samarco Mineração S/A. Mina do Germano. Linha de
426 transmissão de energia, subestação de energia elétrica. Mariana/MG. PA
427 06345/2005/002/2009. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-
428 Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade, nos termos do
429 Parecer Único. 9.4) Samarco Mineração S/A. Unidade de Tratamento de
430 Minerais. Ouro Preto/MG. PA 00015/1984/063/2007, DNPM nº 930.706/1982.
431 Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF. Compensação
432 ambiental aprovada por unanimidade, nos termos do Parecer Único. 9.5) CSN
433 Mineração S/A. Diques de proteção de margens de curso d'água,
434 minerodutos, pilhas de rejeito/estéril, unidade de tratamento de minerais.
435 Congonhas/MG. PA 00103/1981/069/2010, DNPM 43.306/1956. Classe 6.
436 Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF. Compensação ambiental
437 aprovada por unanimidade, nos termos do Parecer Único. 10) PROCESSO
438 ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPLEMENTAÇÃO DE ÁREA DE
439 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU
440 SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA
441 ATLÂNTICA. 10.1) Vale S/A. Complexo Itabira. Alçamento da Barragem
442 Itabiruçu. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Itabira/MG. PA
443 00119/1986/111/2014. Classe 6. Apresentação: Suppri. Compensação
444 ambiental aprovada por unanimidade, nos termos do Parecer Único. 11)
445 PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CRIAÇÃO DE RESERVA
446 PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA ANÁLISE,
447 DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ARTIGO
448 13, DO DECRETO Nº 46.953/2016. 11.1) RPPN Sossego do Muriqui.
449 Propriedade de Mineração Curimbaba Ltda. Área aprovada: 339,4802 ha.
450 Simonésia/MG. PA 05000000227/17. Apresentação: GCIAP/IEF. Aprovada
451 por unanimidade a criação da RPPN nos termos do parecer do IEF. 12)
452 ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
453 presidente Henri Dubois Collet declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada
454 esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Henri Dubois Collet
Presidente da CPB